

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O IMPACTO NO
MERCADO DE TRABALHO DO NORDESTE**

VANESSA GOMES SIMONASSI

FORTALEZA

2000 - 1

**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E O IMPACTO NO
MERCADO DE TRABALHO DO NORDESTE**

VANESSA GOMES SIMONASSI

Orientador: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

Monografia apresentada
à Faculdade de
Economia,
Administração, Atuária,
Contabilidade e
Secretariado para
obtenção do grau de
bacharel em Ciências
Econômicas.

**FORTALEZA
2000**

Esta monografia foi submetida á Coordenação do Curso de Ciências Econômicas como parte dos requisitos necessários á obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se a disposição dos interessados na biblioteca da referida universidade.

A citação desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

_____ Média

Vanessa Gomes Simonassi

_____ Nota

AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

_____ Nota

ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS

_____ Nota

RAUL DOS SANTOS FILHO

Monografia apresentada em 14/07/2000

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me iluminar sempre e conceder saúde.

À minha família, que sempre tem me dado força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas pelos conhecimentos transmitidos ao longo do curso.

Ao professor Agamenon, pela disponibilidade em orientar e pelas sugestões dadas para a realização da monografia.

Aos professores Abreu e Raul por fazerem parte da banca examinadora.

RESUMO

A história recente do Nordeste caracteriza-se por uma primeira fase de isolamento e outra de articulação. Nessa segunda fase, o dinamismo que se instala a partir da década de sessenta provocou profundas transformações na economia da região. Essas transformações implicaram em elevadas taxas de expansão do produto regional e alterações na estrutura produtiva através da adoção de novos processos de trabalho. Registrou-se, também, mudanças bastante significativas nos gêneros industriais reduzindo a participação na produção das indústrias de bens de consumo não-duráveis e aumentando a participação das indústrias de bens intermediários voltadas para o mercado nacional e internacional, o que contribui para aumentar a dependência do Nordeste em relação às regiões mais desenvolvidas. Por sua vez, a formalidade, informalidade e submersão da mão-de-obra no Nordeste, estão associadas a um contexto de crescimento da economia e, por conseguinte, resultam do padrão de acumulação de capital. Nesse sentido, é o padrão de industrialização o principal fator responsável por parte importante do insucesso da economia local em absorver produtivamente a população que se apresenta no mercado de trabalho urbano.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
RESUMO	05
SUMÁRIO	06
INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 -	
PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE	
TRABALHO	
1.1 INTRODUÇÃO	10
1.2 PRINCIPAIS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE O PROBLEMA DO EMPREGO	
.....	11
1.3 FORMULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL,	
INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA	14
1.4 DINAMICA ECONOMICA E MERCADO DE TRABALHO URBANO	
.....	16
CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA	
NORDESTINA	
2.1 INTRODUÇÃO	19
2.2 FASES DO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO	22
2.3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	
DO NORDESTE	24
CAPÍTULO 3 - PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO O ENFOQUE	
FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA	
3.1 INTRODUÇÃO	30
3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SETOR FORMAL, INFORMAL E	
ECONOMIA SUBMERSA	31
3.3 PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	
.....	34
CONCLUSÃO	40
BIBLIOGRAFIA	42

INTRODUÇÃO

As questões regionais no Brasil começaram a ser analisadas com mais ênfase a partir da década de 50, principalmente devido à grande seca que afetou profundamente a região Nordeste nos anos de 1958 e 59 e, também, por outro lado, a elevada convergência dos investimentos públicos e privados em São Paulo. Este fato contribuiu para tornar mais evidente as extremadas disparidades econômico-sociais caracterizadoras do grande desequilíbrio existente entre as regiões brasileiras.

Numa primeira fase, o avanço da industrialização do Sudeste conferia a essa região uma posição econômica privilegiada de liderança, no sentido de definir uma re-divisão inter-regional do trabalho, cabendo ao Nordeste e outras regiões basicamente atividades agropecuárias e extrativas. Pode-se afirmar que existia uma espécie de divisão inter-regional de caráter perverso. Com o maior desenvolvimento da infraestrutura do país foram eliminadas barreiras regionais e, numa posição bem favorável, a industrialização do Sudeste avança com seus produtos em direção aos mercados regionais e consegue colocá-los no Nordeste, com melhor qualidade e preço, destruindo atividades industriais existentes na região. Devido a esta forte concorrência, o Nordeste tende cada vez mais a se definir como região fornecedora de matéria-prima e compradora de produtos industriais.

Nessas condições, as disparidades regionais aprofundam-se e, associadas às secas prolongadas, criam-se as condições políticas favoráveis à fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A criação da SUDENE, vale ressaltar, foi fruto de um amplo movimento social e político que exigiu do governo federal um tratamento especial para a região. Após sua criação, em 1959, a SUDENE adota o modelo “cepalino” no sentido de fazer do Nordeste um centro industrial autônomo e que fosse capaz de gerar um processo de desenvolvimento com distribuição de renda e elevação significativa do emprego de mão-de-obra. Nessa perspectiva, o Estado entra em ação criando vários mecanismos de fomento para os investimentos no Nordeste. No início da década de 50, vale ressaltar a criação de um banco regional de fomento: O Banco do Nordeste do Brasil S. A . Na área de incentivos fiscais, um dos mais importantes foi, sem dúvida, o dispositivo conhecido como o artigo 34/18, hoje transformado no Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR). Mas, vale ressaltar que, numa região carente de soluções como é a nordestina, é fundamental destacar a proposta do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que enfatiza o investimento em pesquisa, a fim de

suprir adversidades naturais e, para atrair investimentos privados é indispensável que se tenha uma mão-de-obra qualificada. A industrialização como único fator gerador de emprego e renda e, conseqüentemente, desenvolvimento, é outro ponto de destaque no relatório; uma vez que em grandes proporções observa-se uma certa incompatibilidade entre ganhos de produtividade e geração de emprego.

Assim, é no setor industrial que os deslocamentos e a transformação se mostram mais relevantes, assumindo a função de liderança nas principais mudanças na Região. Primeiramente, há uma mudança significativa na participação dos gêneros industriais na região, reduzindo a participação na produção das indústrias de bens de consumo não-duráveis e aumentando a participação das indústrias de bens intermediários destinados basicamente ao mercado nacional.

Nessa perspectiva, o crescimento industrial do Nordeste, nos últimos 35 anos, se dá de forma mais dependente, pois o avanço da industrialização no Brasil contribuiu de forma decisiva para aumentar e consolidar a dependência da indústria nordestina em relação às outras regiões do país. São indústrias importantes do Sudeste que, se valendo dos incentivos fiscais, se instalam no Nordeste. Segundo Oliveira (1977), esse avanço industrial jogou um importante papel na criação de um setor industrial moderno.

As transformações iniciadas no setor industrial se propagam gradualmente para os setores primário e terciário. No setor agrícola, as mudanças ocorridas dificultaram a sobrevivência do trabalhador como produtor familiar, aumentando a proletarização da mão-de-obra rural, estimulando as emigrações para as cidades e, elevando consideravelmente a participação da população ocupada em ramos predominantemente urbanos.

No setor terciário, houve também um profundo processo de transformação, com elevação significativa da população ocupada (no setor), aumento do subemprego, grande diferenciação nos tipos de ocupação e crescimento da informalidade e do emprego sem carteira assinada pelo empregador. Sendo assim, pode-se destacar que estas mudanças no setor terciário, gera um quadro de aprofundamento do mercado de trabalho.

A atuação da SUDENE demonstrou que, mesmo registrando-se um aumento significativo do PIB e, levando-se em conta que o PIB industrial cresceu quatro vezes

mais no período de 1960/1990, esse crescimento vigoroso não resultou em crescimento proporcional e desejado do emprego e da renda na economia regional.

Neste contexto, este trabalho pretende avaliar o papel do padrão de desenvolvimento e do tipo de integração regional no crescimento do emprego. Para isso, está estruturado em três capítulos e conclusão. No capítulo I, apresentaremos uma síntese das abordagens clássica, neoclássica e keynesiana do mercado de trabalho; examinaremos os principais enfoques teóricos sobre o setor formal, informal e economia submersa e, mostraremos as alterações provocadas no mercado de trabalho urbano pela dinâmica econômica.

No capítulo II, procuraremos analisar o padrão de crescimento econômico nordestino, enfatizando o papel dos investimentos sobre o crescimento do produto e do emprego.

No capítulo III, analisaremos as formas de participação dos setores formal, informal e submersa na produção. Estudaremos ainda, as políticas de emprego durante o período de 1985 a 1996.

Finalmente, apresentaremos as conclusões, procurando articular e evidenciar as análises e os resultados mais relevantes.

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentaremos um esboço teórico indispensável à análise e compreensão do emprego nas suas mais variadas formas numa economia capitalista. Pretendemos com isso, dispor de embasamento teórico que nos auxilie na compreensão das relações entre o emprego e a própria dinâmica econômica. Seu objetivo é nos fornecer um panorama geral que nos permita visualizar e destacar os elementos que serão analisados tendo como referência o mercado de trabalho.

A análise busca embasar a compreensão da situação do emprego numa economia capitalista onde o padrão de desenvolvimento assume características gerais, no sentido de que são obedecidas as leis do desenvolvimento do capital, e específicas, definidas pelas transformações históricas estruturais recentemente experimentadas pela região Nordeste.

Sendo assim, o capítulo foi estruturado em duas partes. Na primeira, apresentaremos os principais enfoques teóricos sobre o mercado de trabalho e formulações sobre o setor formal, informal e economia submersa.¹ Na segunda, analisaremos as alterações provocadas pela dinâmica econômica no mercado de trabalho urbano.

¹ Economia Submersa significa que o trabalhador sem carteira assinada está presente de modo significativo no mercado de trabalho.

1.2 PRINCIPAIS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE O PROBLEMA DO EMPREGO

Para os clássicos, a oferta de trabalho no sistema está relacionada ao crescimento populacional que, por sua vez, está regulado pelos fundos disponíveis para a sobrevivência do homem. Já a demanda de trabalho seria determinada em função dos fundos acumulados no processo de reprodução passado. Através da produção seriam gerados fundos que possibilitariam não só a manutenção e a expansão do emprego, como também a acumulação de reservas para depreciação do capital em máquinas e equipamentos.

Para os economistas clássicos, entre eles Smith: "todas as espécies de animais multiplicam-se naturalmente de acordo com seus meios de subsistência: nenhuma espécie pode multiplicar-se mais do que o permitido pelos meios ao seu dispor" (SMITH, 1978, p.p.67). Conseqüentemente, a taxa de salário desempenha um papel fundamental na oferta de trabalho. O salário limite para permitir a reprodução, bem como a manutenção dos trabalhadores ao longo do tempo, foi denominado pelos clássicos de "salário de subsistência" ou "salário natural", para Smith: " em muitas ocasiões esse salário deve até ser pouco mais alto; se não, ser-lhe-ia impossível construir famílias e a raça desses homens não passaria da primeira geração". (SMITH, 1978, pp. 58)

A oferta de trabalho, segundo a teoria clássica, tenderá a crescer se os salários reais forem maiores que o salário de subsistência; diminuirá, se os salários reais estiverem abaixo do nível de subsistência e; permanecerá constante, se os salários reais forem iguais aos salários de subsistência. Para Smith: "uma generosa recompensa do trabalho, permite aos trabalhadores educar melhor seus filhos e, portanto, diminuir a mortalidade, tendendo naturalmente a estimular e ampliar a oferta de trabalho". (SMITH, 1978, pp. 67)

David Ricardo chega a associar o tamanho da força de trabalho ao nível dos salários ao afirmar que há um certo nível natural de salário real, determinado pelos costumes e hábitos, a partir do qual a força de trabalho não aumentará nem diminuirá, pois caso os salários se elevem acima deste nível, a redução na taxa de mortalidade, resultado de um maior e melhor nível alimentar, atuará no sentido de incrementar a população e, conseqüentemente a oferta de força de trabalho. Por outro lado, quando

os salários reais caem abaixo do nível natural, a mortalidade supera os nascimentos e, com isso, a população e a força de trabalho diminuem. portanto, haverá uma relação entre o equilíbrio natural da fosse de trabalho e o equilíbrio biológico da população. (RICARDO, 1955)

Para Furtado: “a teoria clássica estabelecia implicitamente, que o nível dos salários reais não era arbitrário, - e que, portanto, não podia ser modificado pela ação dos sindicatos ou do governo – dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego era uma função da acumulação de capital e, mais rigorosamente, era uma função do fundo de salário que vinha a ser o capital circulante disponível. “(FURTADO, 1969, p.p 8)

Marx foi o primeiro a fazer a mais importante crítica ao equilíbrio automático de pleno emprego dos pensadores clássicos. Todavia, para Marx, o progresso tecnológico tinha um caráter extremamente perverso, no sentido de gerar um incremento crescente de desemprego e a manutenção de um exército industrial de reserva, o que não se confirmaria nas economias industrializadas.

Atualmente, nas economias industrializadas, o nível de desemprego não só tem se mantido em patamares altos, mas também, tem apresentado, na maioria delas, uma tendência crescente. Isto se explica porque, nas economias industrializadas, a mudança estrutural da empresa se dá via aceleração do progresso técnico, que exige a qualificação e escolaridade formal do trabalhador. Uma exceção seria a indústria petroquímica, onde quase todos os trabalhadores são qualificados.

De um modo geral, qualquer modificação na composição técnica do capital leva a modificações na composição do valor do capital. A composição orgânica do capital muda apenas quando é influenciada pela mudança das condições técnicas. O seu crescimento indica o fato de que, à medida que a produção se eleva, registra-se um aumento no valor das matérias-primas, máquinas, equipamentos em comparação com o salário da mão-de-obra usada na produção.

Para a economia neoclássica, a oferta de trabalho não se baseia exclusivamente no salário como único elemento de decisão de um indivíduo de oferecer seus serviços no mercado de trabalho, leva-se em conta, também, a natureza do trabalho, a regularidade e segurança e o grau de independência que o trabalho lhe oferece.

Quanto à demanda por trabalho, é derivada da função lucro da empresa. O empresário procura maximizar os lucros dentro dos limites determinado pelos métodos particulares de produção, que dependem do nível de tecnologia existente.

A grande depressão dos anos 30 obrigou o pensamento econômico neoclássico dominante a uma grande crítica aos seus postulados. Coube ao economista inglês John Maynard Keynes em sua obra "The General Theory of Employment, Interest and Money", revolucionar a teoria do emprego. Neste trabalho de Keynes, publicado em 1936, as bases da análise clássica e neoclássica sobre o emprego são amplamente refutadas, esboçando-se um outro modelo de análise da realidade econômica. O mecanismo regulador automático da concepção clássica que funcionava como fator de ajustamento do mercado de trabalho é refutado. A instabilidade é considerada como própria da economia e o fator risco está sempre presente. (BALDWIN, 1967)

Dentre os pressupostos Keynesianos, o que mais fortemente contradiz os clássicos é a noção do desequilíbrio. Enquanto estes admitiam que o equilíbrio se dá necessariamente ao nível do pleno emprego, Keynes, ao contrário, diz que é possível haver equilíbrio em níveis de produção inferiores ao pleno emprego, caso o nível de renda não seja suficientemente alto, que permita um volume de investimento que proporcione o pleno emprego da força de trabalho disponível. (BALDWIN, 1967)

Desde o desemprego friccional² até o desemprego Keynesiano por insuficiência da procura agregada, a compreensão da problemática do emprego sofreu uma grande evolução na teoria econômica.

A teoria de Keynes nasce da análise da grande depressão dos anos 30 sendo, portanto, mais adequada para explicar a questão do desemprego nas economias desenvolvidas. Assim, o modelo é inadequado para explicar o desemprego nas economias em desenvolvimento, obrigando os economistas destes países a procurar outros modelos mais explicativos e que melhor se adequem à realidade das economias em desenvolvimento.

Assim, a partir da década de 50 começa a se destacar na América Latina e no resto do mundo a visão estrutural do desenvolvimento econômico. No Brasil, Furtado (1969) é um dos economistas que mais defende este enfoque.

Todas as formulações sobre o emprego estão centradas numa questão básica, ou seja: é possível o pleno emprego numa perspectiva de um equilíbrio de curto, médio e longo prazo.

Numa ordem cronológica, coube ao pensamento clássico o primeiro grande esforço de análise da questão do emprego. A visão do pensamento econômico clássico tem na conhecida Lei de Say a base de toda a sua formulação teórica.

A visão dos neoclássicos estava baseada, praticamente, nos mesmos postulados da economia clássica. Todavia, estes mudaram alguns supostos do modelo original: suavizaram a visão mecânica do processo econômico e mantiveram as suposições essenciais da economia clássica; continuando o equilíbrio de pleno emprego a ser uma tendência normal do sistema econômico.

No modelo de Keynes, o nível de investimento assume um papel de destaque funcionando como variável chave, com isso, Keynes não consegue deduzir todas as conseqüências que o modelo produzia e ficou limitado à análise dos investimentos como um instrumento criador de renda.

Vale ressaltar que as condições de equilíbrio dinâmico passaram a ser estudadas por autores que desejavam expandir o modelo Keynesiano, pois nas condições de subemprego de fatores, as decisões objetivando elevar os investimentos líquidos resultam em 2 (dois) efeitos sobre o nível de renda da economia. Um direto, que equivale ao montante do investimento e outro; indireto, produzido pelo efeito multiplicador. Contudo, nas condições de pleno emprego, como afirma Furtado (1969): “inexistem os efeitos diretos sobre a renda real, e os indiretos, quando se concretizam, assumem a forma de efeitos monetários”.

Adicionalmente, acrescenta Furtado (1969, pp. 59):

“se o aumento das inversões numa situação de subemprego, põe em marcha uma cadeia de reações tendentes a elevar o nível de renda global, permitindo que cresça a poupança, nem por isso se modificará a relação entre poupança e inversões. O mesmo, entretanto, não se poderia afirmar com relação a uma situação de pleno

² Desemprego friccional é um tipo de desemprego, normalmente de curto prazo, que resulta do ajustamento entre oferta e demanda de mão-de-obra em níveis de pleno emprego.

emprego. Neste caso, o aumento das inversões somente se concretizaria mediante da elevação das taxas de poupança e inversão, isto é, com redução da participação do consumo”.

Cabe lembrar que nos países em desenvolvimento, a problemática da falta de ocupação produtiva começou a preocupar os estudiosos a partir da década de 1950. Os estudos em geral, mostram o tipo especial do desemprego nas economias atrasadas, destacando as diferenças em relação ao mesmo fenômeno, tal como se manifestam nas regiões economicamente desenvolvidas. Dos estudos das várias missões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em vários países em desenvolvimento na década de 50, resultou um consenso de que a gravidade do problema não admitia uma atitude passiva que confiasse na eliminação do desemprego crônico como decorrência natural do processo de desenvolvimento. Ao contrário, observou-se que não apenas seria insustentável defender esta posição, como também se verificou que o próprio processo de desenvolvimento pode, ao menos em certas etapas, agravar o desemprego crônico nas economias em desenvolvimento.

Portanto, já no início da década de 60, a OIT empreendeu grandes esforços no sentido de estimular a absorção de mão-de-obra ao planejamento geral do desenvolvimento, destacando que a rápida absorção da mão-de-obra decorreria não apenas de um desenvolvimento econômico rápido, mas também da escolha de um padrão de desenvolvimento em que o emprego constituísse objetivo explícito.

1.3- FORMULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA.

As abordagens teóricas aqui expostas são aquelas de maior relevância na literatura específica, na medida em que elas têm sido ponto de referência para a grande maioria dos estudos realizados sobre o tema. As abordagens existentes podem ser organizadas em 4 enfoques sobre a organização do mercado de trabalho: a visão do relatório do Kenya, a visão do PREALC, a visão subordinada e intersticial e a visão sobre a economia submersa.

A primeira visão, mesmo concebendo a existência de 2 grandes setores econômicos – o formal e informal – inova na aceitação de relações econômicas

funcionais entre eles. Contudo, mantém a posição de que a dinâmica do setor formal não afeta a dinâmica e a reprodução do setor informal. Ao contrário, postula que, caso seja possível alguma relação de causa e efeito, ela se manifesta via uma funcionalidade do setor informal, que ao produzir certos bens a preços muito baixos, reduz o custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, os custos salariais do setor informal. (esta abordagem foi originalmente formulada pela OIT. Para maiores detalhes veja OIT (1972)).

A segunda visão considera o conjunto das atividades produtivas como o somatório de dois grandes segmentos, o moderno e o de subsistência. No núcleo moderno predominam as relações de trabalho assalariadas, já que no setor de subsistência dominam as formas autônomas. Esta visão postula que os dois núcleos não se relacionam economicamente, sendo que o desenvolvimento econômico leva ao perecimento do núcleo de subsistência, com a incorporação, pelo setor moderno, dos contingentes de população economicamente ativa nele inserido.

O terceiro enfoque, propõe que o desenvolvimento econômico leva à preponderância do setor formal, sendo o setor informal subordinado à dinâmica capitalista mais geral. Esta abordagem parte do pressuposto de que a acumulação de capital revolve constantemente os espaços econômicos, ou seja, que o movimento capitalista afeta todas as esferas da atividade produtiva e assim, subordina as várias esferas da atividade econômica ao movimento dinâmico da acumulação capitalista (Souza, 1980).

Finalmente, a quarta abordagem, diz respeito à economia submersa que surgiu devido à forma de intervenção do Estado na economia. Portanto, se por um lado, uma extensa regulação for imposta sobre as atividades econômicas e, por outro, for estabelecida uma excessiva carga tributária, estão reunidas as condições básicas para o surgimento, no interior do sistema econômico, de uma complexa rede de atividades submersas.

1.4 DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO URBANO

Iniciamos essa seção recordando a hipótese “cepalina” que se inspirou no paradigma histórico do desenvolvimento capitalista que tem a Europa Ocidental e a América Latina como cenário principal. Deste ponto de vista, uma demorada transformação da agricultura vai criando as condições para a divisão social do trabalho entre campos e cidade. Esta e a revolução fabril-manufatureira que se segue são elementos que promovem os deslocamentos da população em direção às atividades e núcleos urbanos.

Porém, com o tempo, o desenvolvimento começa a apresentar sinais de que a absorção de mão-de-obra tinha saído do controle e que, portanto, os resultados não estavam sendo alcançados como desejado. No caso da maioria dos países menos desenvolvidos é após a II Guerra que os empregos não-agrícolas crescem a um ritmo inferior ao da expansão da população urbana, o que em si já é uma primeira evidência com relação ao problema da absorção de mão-de-obra nas cidades, em épocas mais recentes.

Isto se verificou porque a força de trabalho, deslocada do setor primário e aquela originada na própria cidade, parece haver excedido a capacidade de assimilação produtiva dos demais setores industriais e dos núcleos urbanos, resultando na chamada terceirização.

Pinto (1984) chama atenção, em particular, para o movimento simultâneo e de quase igual intensidade, que é a elevação da ocupação relativa em serviços e a redução da agricultura e, conseqüentemente, a expansão do setor terciário se acentua.

Com esse moderado incremento da participação do setor industrial, em relação à urbanização, foram os serviços que mais cresceram na maioria das economias menos desenvolvidas desde o início do processo de industrialização. Conforme Pinto (1976), o fato é que, nesses países, o processo de industrialização tendeu a ser caracterizado por um dinamismo tecnológico com alta intensidade de capital.

O exemplo mais contundente de que a modernização tecnológica não considera a absorção de mão-de-obra uma variável importante de política de desenvolvimento, é que as empresas capitalistas experimentaram uma evolução

muito acelerada, sobretudo nos últimos anos. Isto, por sua vez, implicou na eliminação de empregos rotineiros e na expansão de outros bem pagos e qualificados, além da melhor qualidade dos serviços que passaram a prestar à sociedade. Por outro lado, parece evidente que essa modernização foi se dando paralelamente à proliferação de múltiplas modalidades de ocupações, o que acentua a sua heterogeneidade.

O fenômeno da insuficiência dinâmica do desenvolvimento das economias em desenvolvimento está no fato de que os extratos de mais baixa produtividade não desaparecem no curso do desenvolvimento periférico, mas sim permanecem obrigando importantes frações da força de trabalho total. Estes processos de insuficiência na absorção de mão-de-obra e a contrapartida dinâmica da heterogeneidade estrutural do sistema econômico são marcos fundamentais que explicam a persistência da pobreza crítica na região.

Vale ressaltar que, nem todo o setor terciário das economias periféricas é caracterizado pelo inchamento. Ao contrário, muitos ramos estão organizados conforme padrões capitalistas diretamente articulados com os setores dinâmicos da economia.

Agora, o fato de mais pessoas viverem e trabalharem nas cidades, indica a existência de um processo de modernização da estrutura produtiva rural, na medida em que tanto a proporção da população rural como daquela empregada no setor primário, são tidas como indicadores de desenvolvimento.

As transformações da estrutura industrial, após a Segunda guerra, ocasionaram alterações substanciais na estratificação social urbana dos países menos desenvolvidos.

A diferenciação interna no setor industrial dessas economias é acentuada. Assim, os salários pagos às pessoas empregadas nas camadas industriais dinâmicas são sensivelmente maiores do que os pagos nos demais setores. Por sua vez, o número de pessoas empregadas nesse tipo de indústria cresce a uma taxa cada vez menor, o que dá lugar ao aparecimento de atividades e trabalhadores que pode ser caracterizado como excedente de mão-de-obra. Então, dada a intensidade do sistema de urbanização e a taxa relativamente pequena de expansão dos setores capitalistas, boa parte da população que aflui ao mercado urbano de trabalho, refugia-se em empregos de baixa produtividade e rendimento. Por exemplo, no setor serviço, onde as atividades são insuficientemente remuneradas.

Portanto, uma das características das economias menos desenvolvidas é a permanência, quando não, o aumento do desemprego estrutural de mão-de-obra não qualificada. Por outro lado, nada faz prever que essa tendência se modifique espontaneamente no futuro. Os problemas poderão até mesmo se agravar com a introdução de novas técnicas, não só no setor industrial, como em particular nos serviços.

Como se vê, a modernização das economias desenvolvidas não logrou alcançar as modalidades de transformação requeridas para gerar empregos de produtividade suficiente para permitir superar a heterogeneidade estrutural das sociedades atrasadas, que deriva da precária penetração dos processos produtivos e de relações sociais que acompanham o processo de desenvolvimento capitalista.

CAPÍTULO 2

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA.

2.1 – INTRODUÇÃO

O Nordeste depois de atravessar o período áureo do açúcar, passou a sofrer forte concorrência, primeiro do açúcar antilhano e mais tarde do açúcar europeu. Com isso, seu principal produto de exportação passou a ser marginal no mercado internacional, com o preço deprimido.

Seu segundo principal produto, o algodão, sofreu dura concorrência no mercado internacional com o algodão norte-americano, o que resultou em queda vertiginosa de preço. A debilidade do desenvolvimento sócio-econômico periférico, não poderia, assim, gerar uma significativa urbanização. Isto se justifica porque a redução da dinâmica do modelo exportador, especialmente no caso do açúcar, gerou um retrocesso para a economia de subsistência. Outros produtos de exportação, como o cacau, os óleos vegetais, o algodão, dentre outros, de certa forma, ainda se mantiveram presentes durante um longo período no quadro de modelo agro-exportador.

No Brasil, o processo de implantação de um mínimo de infraestrutura industrial, a partir dos anos 30, criou as condições básicas para a implantação da indústria pesada no período 1956/60. Esta segunda “onda” de industrialização, ao mesmo tempo em que consolida esse processo de transformação industrial, amplia a base reprodutiva e de valorização do capital. No que tange à temática regional, vale ressaltar que, a partir daí, há uma maior integração ao mercado nacional de mercadorias.

A SUDENE seria no Nordeste o organismo institucional que efetivaria, via mecanismos fiscais e financeiros, essa fase. No entanto, a ação realizada na região

se afasta dos objetivos para o qual a SUDENE fora criada, concentrando sua ação, apenas na implantação de um parque industrial. Vale ressaltar que a proposta original da SUDENE, em termos de desenvolvimento regional, seria a ampliação do desenvolvimento industrial para o Nordeste, a fim de atender às exigências da valorização do capital.

O que de fato ocorreu, foi um processo de expansão do capitalismo sobre o Nordeste, num momento em que a economia brasileira enfrentava uma crise recessiva cuja saída exigiu uma ampla reorganização dos mercados. Considerando que, o sistema 34/18 se encontrava disponível desde o início da década de 50, o seu uso no período de 1967/77, acelerou fortemente a liberação de recursos já depositados.

A crise nos mercados dos produtos como a cana-de-açúcar e o algodão e, até mesmo a política de modernização da agropecuária nordestina, contribuíram para uma participação decrescente dessa atividade agrícola na produção e emprego da região. Vale ressaltar ainda, o problema dos demais Estados do Nordeste, em especial o caso do cacau na Bahia e dos óleos vegetais no Ceará e Maranhão.

Quanto aos outros setores, houve aumento intenso no produto, principalmente nas atividades de manufatura e comércio de mercadorias. Antes do início da década de 70, a indústria como um todo, ultrapassa a agricultura tanto em termos de crescimento anual como em relação ao produto global. A posição de liderança da indústria no Nordeste se expande e se consolida, via incentivos fiscais, particularmente a indústria de transformação, que tem um maior dinamismo. De acordo com SUDENE (1988), a formação bruta de capital na indústria de transformação, no período 1970/1975, cresceu a uma taxa média anual de 20%, enquanto o crescimento anual do emprego, no mesmo período, foi da ordem de 7,7%. No período de 1960/1975, a média de expansão do emprego industrial foi de 2,3% ao ano, enquanto a média do crescimento do produto anual era de 8% ao ano.

Assim este capítulo procura analisar o padrão de crescimento econômico nordestino no período 1960/1999, através de uma análise histórica estrutural do processo de desenvolvimento.

2.2. FASES DO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO³

O processo de desenvolvimento do Nordeste pode ser compreendido a partir de duas situações diferentes que marcaram profundamente a economia da região: uma de quase completo isolamento; e outra, de início e consolidação da articulação inter-regional. Essa fase de articulação é iniciada nos anos 40 e, em especial, na década de 50 por uma fase concorrencial, onde a competição inter-regional força as economias regionais a se ajustarem às novas condições de relativa integração do capital nacional e; depois, por um período que se estende até o presente, por uma grande articulação estimulada essencialmente pela transferência de capitais das regiões mais desenvolvidas do país.

Vale ressaltar que até o final dos anos 50, a economia regional experimenta pequenas transformações e ajusta-se lentamente às mudanças profundas que ocorriam na economia brasileira. Mas, é na década de 60 e, especialmente nos anos 70, com as transferências maciças de capitais para a região, que toma corpo e vigor um processo de mudanças na sua estrutura produtiva e nas relações de trabalho. Para isso, o Estado, numa visão keynesiana, teve uma tarefa primordial devido à forte influência do pensamento cepalino: a tentativa de planejamento do desenvolvimento. Especificamente no Nordeste, a SUDENE é uma agência estatal de planejamento e intervenção na direção do desenvolvimento regional. Vale ressaltar que, a atuação do Estado se dá de forma direta e indireta, principalmente em 3 frentes de atuação: na primeira atua indiretamente estimulando especialmente a indústria de transformação e de construção civil via incentivos fiscais, financeiros e dos Sistemas Financeiro de Habitação. A ação é direta, com transformações do sistema de comercialização, o que melhorou significativamente as atividades de comércio de mercadorias. E, por último, ele passa a atuar também diretamente criando e expandindo, não só a infraestrutura econômica, mas também a infra-estrutura urbana.

Até meados dos anos 80, a ação do Estado como investidor em infraestrutura econômica, atividades produtivas (bens intermediários e de capital) e, por outro lado, como financiador do processo de investimento privado via sistema de bancos estatais, estimula o crescimento do produto, do emprego e viabiliza a acumulação capitalista. Desta forma, esta ação do Estado não é uma particularidade no Nordeste, pois, desde

³ As análises e parte das informações contidas nos textos e nas tabelas das seções 2.2, 2.3 e parte de 2.5 apóiam-se basicamente nos trabalhos de Guimarães Neto (1982) e (1992). Pellerin (1976), Vale de Souza (1986) e SUDENE (1969), (1979), (1983), (1988) e (1992).

as primeiras décadas do século XX, as crises geradas pela dependência da economia com respeito ao setor externo, tornam necessária uma crescente intervenção do Estado. Inicialmente, na perspectiva de minorar os efeitos das crises sobre o setor exportador e, gradualmente, como financiador e também participante das atividades produtivas, especialmente no investimento infraestrutural. A partir do final dos anos 50, podemos afirmar que passa a predominar a visão keynesiana, e o papel do Estado foi assumindo um conjunto de características manifestas na regulação e intervenção direta e indireta na economia.

Neste contexto, as transformações implementadas a partir da década de 60 geraram, na economia nordestina, resultados que permitiram que ela superasse o Estado de apatia e atraso do período anterior. Assim, o dinamismo que se instala, se manifesta de várias maneiras: primeiramente, gerando altos índices de expansão do produto, assemelhando-se às taxas geradas pela economia nacional, ao mesmo tempo em que resultam em importantes participações de acumulação muito superior, no período de 1965/1990, conforme mostra a tabela 2.1. Em segundo lugar, ao transformarem profundamente a estrutura produtiva, também se modificam os sistemas de produção, de organização e o processo de trabalho que, se de um lado, provocam redução da demanda de trabalho em certos subsectores da indústria, de outro, geram novos empregos.

TABELA 2.1. NORDESTE E BRASIL: CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO E CRESCIMENTO DO PRODUTO 1965/1990

ANOS	NORDESTE				BRASIL			
	Cresc.do PIB (%)	Coeficiente de investimento (*)			Cresc.do PIB %	Coeficiente de investimento (*)		
		total	privado	público		total	privado	público
1965/1969	4,4	22,0	12,5	10,0	6,5	20,0	16,0	4,5
1970/1974	12,0	25,0	14,0	11,0	11,0	22,5	18,6	4,0
1975/1980	8,0	26,0	15,0	11,0	6,4	22,0	19,0	3,0
1980/1990	7,0	22,0	13,0	10,0	4,5	18,0	16,0	3,0
1965/1990	9,0	24,5	13,0	11,0	8,1	20,0	17,0	3,0

Fontes: IBGE- Estatísticas Históricas do Brasil 1990 e Conjuntura Econômica 1978 e 1991. SUDENE - Relatório de Pesquisa sobre o Desempenho da Indústria Incentivada no Nordeste 1988 e Produto e Formação Bruta de Capital 1992.

Nota: (*) O coeficiente de investimento é a participação do investimento no produto interno bruto, ambos a preços constantes de 1970. Não foram incluídas as variações de estoque no total do investimento.

Assim sendo, a pequena participação do setor industrial no total do emprego urbano, não deriva de uma situação de insuficiência dinâmica, conforme destaca a tese cepalina, pois a apropriação e uso do excedente não têm reduzido o nível de inversões. Este fato mostra que o simples crescimento não garante uma correspondente expansão da procura por trabalho e, adicionalmente, indica que a insuficiente absorção de mão-de-obra pode ter outros determinantes.

Na visão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), as economias subdesenvolvidas superariam o atraso, o desemprego crônico e os baixos salários, através de um processo profundo de transformação. Este processo, ao elevar a produtividade, o emprego e a renda média, conduziria os países latino-americanos ao processo de desenvolvimento com justiça social. Com a industrialização, implantada em poucos países, com destaque para o Brasil, logo se percebeu o pequeno dinamismo do modelo no que diz respeito à criação de emprego, ao mesmo tempo em que as desigualdades sociais aumentavam. Portanto, as

mudanças na estrutura ocupacional do Brasil, em particular do Nordeste, foram intensos, mas não o suficiente para eliminar problemas importantes e tipos de mercado de trabalho característicos de economias atrasadas. Nessa perspectiva, apesar do avanço no sentido de uma sociedade urbana industrial, o mercado de trabalho no Nordeste, ao contrário da visão da CEPAL, tem sua conformação marcada por elementos de atraso, típicos do subdesenvolvimento.

2.3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO NORDESTE.

De todos os ramos de atividades, a indústria de transformação foi uma das que mais se beneficiou com o processo de modernização da economia do Nordeste. Neste subsetor a modernização se fez, não somente pelo reequipamento e ampliação da capacidade instalada das plantas existentes, mas, principalmente, pela implementação de novos projetos que viabilizaram a geração de novos produtos na região. Nessa direção, as transformações implantadas na indústria visam, entre outras coisas, a rearticulação e integração de sua base técnica, que de modo crescente, integra-se aos processos produtivos setoriais em nível similar ao existente no restante do país.

Considerando os investimentos previstos, nota-se que nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, registra-se uma mudança qualitativa importante, ou seja, os investimentos em projetos de modernização, que na década de sessenta alcançam um quinto do total, na década de setenta crescem e atingem 55% e na década de oitenta aumentam significativamente representando 81% do total (tabela 2.2)

**TABELA 2.2- NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E SETORIAL DOS
INVESTIMENTOS PREVISTOS EM PROJETOS EM 1970/1990**

Gênero de Indústria	Investimentos em 1970		Investimentos em 1980		Investimentos em 1990	
	Projetos novos	Projetos de modernização	Projetos novos	Projetos de modernização	Projetos novos	Projetos de modernização
Minerais	35	65	50	50	40	60
Ind. Transformação	81	19	44	55	20	80
Min. não metálico	66	34	24	76	07	93
Metalurgia	97	03	26	74	04	96
Mecânica	100	00	35	65	13	87
Material Elétrico	97	03	10	90	02	98
Material Transporte	91	09	72	28	58	42
Madeira	100	00	08	92	00	100
Mobiliário	70	30	44	56	20	80
Papel e papelão	91	90	40	60	15	85
Borracha	94	06	34	67	13	87
Couro e peles	65	35	56	44	35	65
Química	94	06	70	30	41	59
Prod. farmacêuticos	79	21	14	86	03	97
Sabões e velas	61	39	56	44	38	62
Têxtil	47	53	29	67	11	89
Material Plástico	96	04	45	55	25	75
Vestuário e Calçados	77	23	32	68	08	92
Produtos alimentícios	73	27	51	49	30	70
Bebidas	55	45	36	64	21	79
Fumo	31	69	30	70	25	75
Ed. Gráfica	85	15	30	70	07	93
Diversos	100	00	82	18	55	45
Total					19	81

Fonte: Projetos industriais aprovados em vários anos e SUDENE: Relatório de Pesquisa sobre o Desempenho da Indústria Incentivada do NORDESTE 1988.

Nota: Os dados de investimento em projetos referem-se a décadas. O primeiro período vai de maio 1962 até abril de 1970, o segundo, de maio de 1970 até abril de 1980 e o terceiro período, de maio de 1980 até abril de 1990.

Estes indicadores mostram que o aumento da capacidade produtiva avança substancialmente até o término da década de setenta e, por conseguinte, o esforço de criação líquida de emprego desfaz-se num terceiro momento pela nova orientação dos investimentos, na perspectiva de não apenas apoiar os projetos de modernização, mas de consolidar os projetos implementados numa primeira e segunda etapa. O resultado é um aumento significativo da produtividade na indústria e uma parcela menor de empregos gerados pelo setor.

Devemos considerar não apenas a composição dos investimentos como um dos indicadores de modernização, mas também as transformações provocadas na indústria de transformação e seus efeitos em relação ao emprego e produtividade. Estas podem ser analisadas examinando-se a evolução da estrutura do valor de transformação industrial no período de 1950 / 1985, segundo os diferentes usos. Pela análise da tabela 2.3, nota-se que os ramos produtores de bens de consumo não-duráveis apresentam uma clara perda de importância e, os ramos produtores de bens de capital e de consumo duráveis assumem um apreciável desempenho. Realmente, observa-se que cai de 83% entre os extremos de 1950/1985, para menos da metade a participação dos bens não-duráveis no total do valor de transformação; já os bens intermediários que representavam 16% em 1950, atingem em torno de 43% em 1985, enquanto os bens de capital passam de 1% para 10%, respectivamente, em 1950 e 1985.

TABELA 2.3- NORDESTE E BRASIL: DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO SEGUNDO O USO NA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1950/1985.

Subsetores da indústria de transformação	1950		1960		1970		1980		1985	
	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR
Bens de consumo não duráveis	83	54	66	43	57	38	47	32	42	29
Bens intermediários	16	36	31	38	35	37	42	42	43	43
Bens de capital e de consumo duráveis	01	10	03	19	08	25	11	27	10	26

Fonte: Censos industriais de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1985; SUDENE (1988)

O quadro de mudanças, descrito acima, proporciona os elementos que podem auxiliar a compreensão da situação de evolução do emprego, no período 1950/1985, na indústria de transformação.

A tabela 2.4 mostra que, entre os extremos do período 1950/1985, o nível de ocupação na indústria de transformação mais do que triplicou, enquanto a produtividade aumentou mais de 5 vezes. Adicionalmente a isto, merece destaque o fato de que, nos anos 50, há uma retração da demanda de mão-de-obra da ordem de -0,4% ao ano, representando uma redução de aproximadamente 9,8 mil empregos na década de 50.

TABELA 2.4 - NORDESTE

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR SUBSETORES, CLASSIFICADOS SEGUNDO USOS EM 1950/ 1985.

Empregos industriais gerados	Indústria de bens de consumo não durável		Indústria de bens intermediários		Indústria de bens de capital e consumo durável		Total	
	Ocupado	VTI/ ocup.	Ocupado	VTI/ ocup.	Ocupado	VTI/ ocup.	Ocupado	VTI/ ocup.
Em 1950	176.637	12.0	37.937	12.9	3.281	9.5	217.854	12.2
Em 1960	147.916	18.6	50.514	28.2	9.629	13.3	208.059	20.7
Em 1970	157.336	29.5	80.879	39.7	24.760	25.3	262.975	32.2
Em 1980	235.663	44.3	142.594	64.5	71.974	45.4	450.231	50.8
Em 1985	282.878	50.0	260.253	87.4	102.202	54.0	645.333	61.0
Empregos gerados em								
1950/1960	-28.721		12.577		6.349		-9.795	
1960/1970	9.421		30.365		15.131		54.916	
1970/1980	62.327		45.174		30.215		138.255	
1950/1985	71.764		108.904		50.513		260.321	
Crescimento médio anual (%)								
1950/1960	-1.8	4.4	2.9	8.1	11.3	3.4	-0.4	5.4
1960/1970	0.6	4.7	4.8	3.5	9.9	6.6	2.4	4.5
1970/1980	6.9	8.5	9.4	10.2	17.3	12.4	8.8	9.5
1950/1985	1.3	4.2	5.7	5.6	10.3	5.1	3.2	4.7

Fonte: Censo Industriais de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1985; SUDENE (1988)

Todavia, houve no período, aumento na demanda por mão-de-obra nos subsetores de bens intermediários e de bens de capital e de consumo duráveis, o que em parte compensou a perda global sofrida, pois, sem isso, o impacto negativo sobre o mercado de trabalho urbano, teria sido maior.

Logo no início do novo processo de industrialização (1960/1970), apoiado na ação do Estado que fornece os elementos que viabilizam as transferências de capitais, a procura de trabalho dos não-duráveis apresenta uma recuperação pouco expressiva de 0,6% ao ano, o que de fato, frente aos outros subsetores, demonstra a pequena importância desse crescimento.

Realmente, no subsetor de bens intermediários, o nível de emprego aumenta 4,8% ao ano, enquanto que nos de bens de capital, o emprego cresce 9,9% ao ano, o que juntos significam aproximadamente 83% do aumento da demanda no período.

CAPÍTULO 3.

PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO O ENFOQUE FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA.

3.1. INTRODUÇÃO

O período de 1960/1996 foi um período fértil de transformações da estrutura econômica do Nordeste. E, não se pode negar o fato de que estas transformações foram decorrentes, fundamentalmente, da política de planejamento implementada pelo Estado na região, através do mecanismo de incentivos fiscais. Desta forma, como já foi dito, as atividades de comércio de mercadorias se destacaram, além da expansão da infraestrutura urbana.

Nesse sentido, o que se constata é a emergência de subsetores considerados dinâmicos, redefinindo o perfil industrial tanto no que se relaciona à geração de emprego, quanto de renda. Mesmo assim, estas transformações não foram suficientes para romper de forma consistente com as condições de desemprego urbano.

O que já se constatou no capítulo II, foi que no período de 1960/1990 a economia regional cresceu a taxas significativas. Isso leva à busca por outros caminhos, que não unicamente o do insuficiente crescimento econômico, para melhor compreensão da problemática do emprego urbano. Esta, no Nordeste, se expressa na forma de elevado grau de subutilização da força de trabalho; na presença marcante de relações de trabalho e de produção do chamado setor informal; ou ainda, na presença e persistência do emprego urbano gerado com reduzido grau de institucionalização.

Para alcançar esse objetivo, o capítulo será dividido em 2 partes; a primeira define as categorias que permitem analisar as formas de participação na produção formal, informal e submersa e; a segunda apresenta e examina as formas de participação e sua evolução entre 1960 e 1990.

3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SETOR FORMAL/ INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA.

O setor informal organiza seu trabalho e produção seguindo uma racionalidade econômica que objetiva maximizar o fluxo de renda total da atividade de tal forma a permitir em primeiro lugar, a reprodução do produtor e de sua família, bem como, a manutenção da atividade. Segundo Cacciamali (1983), isto faz com que o setor informal apresente características que predominam em muitos estabelecimentos informais como sejam: as atividades informais inserem-se em mercados altamente competitivos, há intensidade no uso de mão-de-obra (geralmente essa mão-de-obra é semi ou não qualificada), os níveis de produtividade são relativamente baixos, bem como seus níveis de rendimentos. Mas, o setor informal não é homogêneo e algumas atividades podem apresentar rendas relativamente elevadas e condições gerais de trabalho mais satisfatórias, ou seja, condições que proporcionem ao trabalhador a ascensão a outros cargos, do que quando comparadas com muitos postos assalariados; enquanto outras atividades representam apenas puro meio de sobrevivência. Assim, o setor informal pode constituir-se em estratégias de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas.

O trabalhador informal muitas vezes não possui qualificação, educação ou hábito de trabalho condizente com as exigências usuais da organização do trabalho no setor formal.

Uma análise sobre a evolução e comportamento do setor informal impõe a necessidade de se resolver metodologicamente a forma do tratamento empírico. Para o Nordeste, a solução encontrada para o problema passa pela escolha de alguns parâmetros determinados. Assim, optou-se por dois pressupostos e uma definição. De acordo com a metodologia desenvolvida por Guimarães, é importante a seguinte observação: "O grau de assalariamento é inexpressivo nas unidades produtivas de pequena escala e que, mesmo no caso de haver contratação de mão-de-obra por estas unidades produtivas, essa contratação não responde ao objeto de maximização de lucro". (Guimarães, 1976, p. 21) Quanto à definição, refere-se a unidades produtivas de pequena escala que ocupam 5 ou menos trabalhadores.

Assim, ele considera, que os que trabalham nas unidades produtivas com mais de cinco trabalhadores, pertencem ao setor formal e, que todos os trabalhadores que estão ocupados em unidades produtivas com cinco ou menos trabalhadores pertencem ao setor informal.

A definição do conjunto de categorias ocupacionais tomou por base os dados disponíveis nos censos demográficos, comercial, industrial e de serviços e nas Pesquisas Nacionais por Amostragem a Domicílios (PNADs).

São as seguintes as categorias ocupacionais definidas:

1. assalariado em empresa privada com mais de 5 empregados;
2. assalariado em empresa privada com 5 ou menos empregados;
3. empregador em empresa com mais de 5 empregados;
4. empregador em empresa com 5 ou menos empregados;
5. trabalhadores da empresa formal privada;

6. trabalhadores sem carteira de trabalho assinada pelo empregador (SCTA);
7. trabalhadores da administração pública;
8. trabalhador por conta própria; e
9. trabalhador familiar não remunerado.

Optou-se por considerar como pertencentes ao segmento informal aquelas categorias que tendem a apresentar uma inserção predominantemente neste setor, como a dos autônomos, os assalariados em empresas com 5 ou menos empregados e os trabalhadores não-remunerados.

Quanto ao setor formal, considerou-se que dele participam os assalariados com carteira de trabalho assinada.

E, finalmente, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 5 empregados foram classificados como pertencendo à economia submersa.

O setor informal originou-se no bojo da dinâmica capitalista. Esse não é o caso da economia submersa que se originou, ou dos excessivos níveis de regulamentação, ou da elevada carga tributária. Nesse sentido, no sistema capitalista, uma parte dos trabalhadores é ocupada sob uma relação tipicamente capitalista, com uso predominante do trabalho assalariado; outra parte, ainda se ocupa em parte das atividades permissíveis pelo capital, sob relações não-capitalistas, em que o trabalhador é ao mesmo tempo proprietário de seus instrumentos de trabalho.

Portanto, as três categorias de análise, formal, informal e economia submersa, ficam definidas como: setor formal, aquela onde ocorre assalariamento da força de trabalho; setor informal, onde não prevalece a relação de trabalho assalariada

e, economia submersa, aquela onde além de outras práticas ilegais, o trabalhador sem carteira assinada está presente de modo significativo.

As condições de produção se personificam, no setor formal, no proprietário do capital e no trabalhador assalariado. No setor informal, a condição se personifica na existência do trabalhador por conta própria. Já na economia submersa, ela se personifica na existência do trabalhador assalariado sem carteira de trabalho assinada.

O proprietário, sendo o dono dos meios de produção, contrata mão-de-obra assalariada com a finalidade de realizar o processo de produção. A categoria de proprietário é o indivíduo dono dos meios de produção. Já os assalariados com carteira assinada e sem carteira assinada, são indivíduos que são donos apenas de sua força de trabalho. Já o trabalhador por conta própria, é um indivíduo que participa diretamente do processo produtivo e, geralmente, tem a posse dos instrumentos de produção, mas ao ser contratado para um determinado serviço, recebe do contratante parte dos meios de produção. Um exemplo típico que merece destaque é o mestre de obra ou pedreiro avulso. Nessas condições, ele se auto-emprega produzindo bens e serviços que vende por um preço que permite sua reprodução e de sua família. Então, considerando a categoria conta própria, tem-se que esta pode ser ajudada pelo trabalho familiar não remunerado ou auxiliar contratado.

3.3. PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.

A tabela 3.1 mostra a distribuição do emprego segundo a posição na ocupação. Como se observa, os trabalhadores assalariados constituem a maior parte do emprego no setor privado. No período de 1960 a 1990, verifica-se um aumento de sua participação relativa, com uma redução no contingente de trabalhadores autônomos e de trabalhadores não remunerados. Nesta tabela, observa-se ainda, que

houve alterações significativas na participação por posição na ocupação em favor dos trabalhadores assalariados formais, informais e dos microempresários. A elevação do assalariamento, com a redução dos trabalhadores não remunerados e trabalhadores autônomos indica que o setor privado nordestino avançou na direção de se tornar uma economia mais capitalista.

TABELA 3.1- NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO NO MEIO URBANO SEGUNDO SUA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO PERÍODO 1960/1990 (%)

Posição na ocupação e número de pessoas ocupadas nas empresas	1960	1970	1980	1985	1990
EMPREGADOS	50,0*	53,7*	59,0*	61,0*	62,5*
De 1 a 5 pessoas ocupadas	9,6	12,2	15,2	16,8	18,0
De 6 a mais pessoas ocupadas	40,4	41,5	43,8	44,2	44,5
EMPREGADORES	5,0*	8,0*	9,9*	9,3*	7,9*
De 1 a 5 pessoas ocupadas	3,5	4,3	6,1	6,3	6,7
De 6 a mais pessoas ocupadas	1,5	3,7	3,8	3,0	1,2
CONTA PRÓPRIA	40,6*	34,0*	28,4*	27,4*	26,1*
NÃO REMUNERADOS	4,4*	4,3*	2,7*	2,3*	3,5*
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970 e Censo Industrial, comercial e de serviços e SUDENE – Relatório de Desempenho da Indústria Incentivada do Nordeste 1988 e PNAD (síntese de indicadores) 1989/ 1990.

No setor formal, há um certo crescimento dos assalariados formais em todas as décadas. Já no setor informal, diminuem os trabalhadores não remunerados, de 4,4% na década de 60 para 3,5% na década de 90; mas reduz-se, também, o número de trabalhadores por conta própria em proporção significativa, ou seja, de 40,6% em 1960 para 26,1% em 1990. Por outro lado, aumenta de modo importante a participação dos microempresários e dos não assalariados. Mas, vale ressaltar que, este aumento é considerado apenas no período de 1970 para 1980: 4,4% para 6,1%. Este fato, pode estar indicando que, à medida que avança a acumulação capitalista, o setor informal sofre transformações e se adapta às novas relações de trabalho e produção, fortalecendo a microempresa.

No setor informal, em 1990, 26,1% são trabalhadores por conta própria, seguidos pelos não assalariados com 18%, dos microempresários com 6,7% e do trabalhador familiar não remunerado com 3,5%. Portanto, em 1990, o setor informal

contava com 54% dos ocupados na economia urbana do Nordeste. A participação do setor informal que em 1960 era de 58,1%, passa para 52,4 em 1980, sobe e atinge 52,8 % em 1985, continua a se elevar para finalmente atingir o patamar de 54,3% em 1990 (tabela 3.1). Assim, o setor informal diminui a sua participação até o início da década de oitenta, quando a economia nordestina começa a dar sinais de desaquecimento.

Portanto, o que podemos deduzir até agora, é que, observou-se, ao longo do período 1960 a 1990, um movimento constante de mudança nas relações de produção, transformando a economia nordestina, numa economia com maior nível de assalariamento.

TABELA 3.2. - NORDESTE: PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO SETOR NÃO AGRÍCOLA, NO PERÍODO 1972/1990.

Posição na ocupação	1972	1976	1986	1988	1990
Empregado (CCTA)	26,2	39,6	36,1	35,5	33,3
Empregado (SCTA)	34,4	29,3	32,1	31,5	33,8
Empregadores	2,8	1,6	2,1	2,0	3,3
Conta própria	32,4	27,4	27,4	26,5	26,1
Não remunerados	4,2	2,1	2,3	3,5	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNADs 1972, 1976, 1986, 1988 e 1990.

Conforme pode ser visualizado na tabela 3.2., mesmo crescendo a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada (CCTA) de 26,2% em 1972 para 33,3% em 1990, não podemos afirmar que todo aumento do assalariamento pertence ao setor formal, pois, a participação dos trabalhadores (SCTA) é bastante significativa chegando, em 1990, a ser maior do que a daqueles com carteira de trabalho assinada.

As tabelas 3.3. e 3.4. indicam haver uma tendência a um maior assalariamento formal no período 1976/1988. Neste período, a taxa de formalidade da população ocupada, apesar de ser baixa, 8,4% em 1976, quase duplicou em 1988, quando atingiu 15,5%, ou seja, o número de trabalhadores com carteira de trabalho

assinada cresceu significativamente no período. Todavia, esse elevado crescimento se deve mais à elevação da participação do trabalhador com carteira de trabalho assinada no setor agrícola, pois quando se compara esse crescimento um pouco mais modesto.*

TABELA 3.3 – NORDESTE: TAXA DE FORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA EXCLUINDO AS PESSOAS OCUPADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO DE 1976/1988.

Anos	Taxa de formalidade da população ocupada (%)	Taxa de formalidade da pop. Ocupada não agrícola (%)
1976	8,4	19,6
1979	14,9	26,6
1986	15,4	26,9
1988	15,5	25,7

Fonte: M.T.B. - RAIS 1976, 1979, 1986 e 1988

Nota: taxa de formalidade é a relação entre o emprego total da RAIS e a população ocupada da PNAD.

TABELA 3.4. - NORDESTE: TAXA DE FORMALIDADE NA POPULAÇÃO OCUPADA AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA (INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS) NO PERÍODO DE 1976/1988

Anos	Taxa de formalidade da população ocupada (%)	Taxa de formalidade da pop. Ocupada agrícola (%)	Taxa de formalidade da pop. Ocupada não agrícola (%)
1976	11,1	0,2	25,9
1979	20,3	0,4	37,8
1986	23,7	0,7	41,4
1988	23,7	0,8	39,8

Fonte: M.T.B- RAIS 1976, 1979, 1986 e 1988 e IBGE – PNADs (vários anos)

A tabela 3.4.. mostra a taxa de formalidade⁴ incluindo os funcionários públicos. Observa-se que o número de trabalhadores legalmente contratados cresce significativamente pelo fato de estarem aí incluídos os funcionários da administração pública que em 1988 representavam 14,1% de um total de 39,8% de trabalhadores.

TABELA 3.5 – NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1976/1988 (%)

Anos	Agrícola	Industria	Comercio	Serviços	Administração pública	Outras atividades
1976	1,2	30,7	14,8	25,4	22,0	5,9
1979	0,9	28,8	14,3	25,9	26,5	3,6
1986	1,3	24,4	11,7	25,0	34,8	2,8
1988	1,4	23,6	11,0	25,5	34,9	3,6

Fonte: M.Tb .- RAIS 1976, 1979, 1986 e 1988.

Então, podemos afirmar que no período de 1960 a 1990 houve um aumento do assalariamento (tabela 3.1), mas que a participação do trabalhador, sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, em 1990 (33,8%), chega a ser maior do que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (33,3%). (ver tabela 3.2). Estes resultados indicam que as dificuldades para criar postos de trabalho remunerados são maiores no setor formal do que na economia submersa e no setor informal.

Os dados da tabela 3.1 mostram, ainda, que o trabalho por conta própria e o trabalho remunerado nas microempresas são os que predominantemente atuam como refúgio contra o desemprego crônico. Por outro lado, quando se soma aos trabalhadores informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, o total chega a mais de 63,4% (tabela 3.2). Portanto, uma fração muita elevada da população ocupada urbana, se não, sua grande maioria, ocupa postos de trabalhos precários. Em síntese, a grande fração da ocupação urbana no Nordeste se dá sob a forma típica do setor informal - os trabalhadores por conta própria - ou por meio de trabalho clandestino, que tanto pode ser informal como pode ser típico da economia submersa.

⁴ Os conceitos e elementos incorporados neste estudo e que se referem à taxa de formalidade e às razões que determinam suas alterações, estão baseadas no trabalho de Sabóia (1989).

A tabela 3.5 vem corroborar com essa situação, pois, no setor industrial e no comércio de mercadorias - duas das atividades mais dinâmicas da economia nordestina - a proporção da mão-de-obra legalmente contratada caiu bastante no período de 1976 a 1986, chegando em 1988 a 23,6% e 11,0% respectivamente. Vê-se também na tabela 3.5 que a participação do setor público na composição da mão-de-obra legalmente contratada é bastante elevada, chegando, em 1988, a superar os demais setores.

Assim, por enquanto, o que é possível concluir é que no período de 1960 a 1990 elevou-se o assalariamento, em detrimento principalmente do trabalhador por conta própria, mas que a maior parcela desse aumento se localiza na categoria de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que tanto pode ser trabalhador informal como trabalhador típico da economia submersa.

CONCLUSÃO

A história recente do desenvolvimento do Nordeste brasileiro caracteriza-se basicamente por duas fases: uma de isolamento e outra de crescente articulação inter-regional. Esta segunda fase é marcada inicialmente na década de 50, por uma fase concorrencial e, posteriormente, nos anos 60, por um período que se estende até o presente, de articulação via transferência de capitais oriundas das regiões mais desenvolvidas do país. Nessa segunda fase, o dinamismo que se instala na economia da região Sudeste a partir da segunda metade da década de 60, repercutiu na economia nordestina ensejando profundas transformações. Vale ressaltar que os efeitos das estiagens, no final da década de 50, jogaram um papel importante em termos de pressão política sobre o Governo Federal. Essa pressão veio a se concretizar com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, com ela, a esperança de uma nova abordagem com relação à questão do subdesenvolvimento da região.

Em face do novo padrão de desenvolvimento da economia nordestina - no qual a industrialização era o marco principal - as atividades mais dinâmicas não são as principais empregadoras de mão-de-obra. O barateamento do capital, via incentivos fiscais e a competitividade externa, fazem com que sua tecnologia utilizada seja intensiva em capital, o que reduz drasticamente sua capacidade de absorver mão-de-obra. Desse modo a indústria de transformação, que tem uma participação crescente e significativa no produto regional, em termos de ocupação de mão-de-obra, sua capacidade relativa demonstrou ser pequena. Nesse contexto, a natureza das transformações introduzidas na economia nordestina durante o período em questão, veio comprovar claramente uma das hipóteses deste estudo, no sentido de que, neste período, o Nordeste brasileiro apresentaria um vigoroso dinamismo econômico na sua estrutura produtiva, não se justificando, portanto, a idéia de insuficiência dinâmica como explicação para os baixos indicadores sociais.

Por sua vez, o processo de crescimento da indústria de bens intermediários veio aprofundar o aspecto de dependência da economia do Nordeste em relação às outras regiões brasileiras em especial o Sudeste. Assim, o processo de desenvolvimento produz resultados limitados, pois seus efeitos internamente à região são pequenos.

As grandes transformações na estrutura produtiva do Nordeste incidiram na sua estrutura social, que apresentou alterações substanciais no período. A população total teve um crescimento vertiginoso e constante. Quanto à população urbana, registrou-se um crescimento mais vigoroso do que a população total o que, por sua vez, demonstra que o processo de industrialização se estabelece de forma concentrada no interior da região e, de certa forma, privilegiando as zonas urbanas.

Constatou-se que, ao longo do período estudado, houve uma redução da participação relativa dos trabalhadores por conta própria, o que significa que a informalidade não está aumentando por intermédio do trabalhador autônomo, mas sim, que ela vem se elevando dentro da própria organização empresarial, ou seja, principalmente via microempresa. Nesse sentido, aumenta de modo importante a participação dos microempresários e do assalariados na microempresa. Este fato é um forte indício de que, à medida que avança a acumulação capitalista, o setor informal sofre transformações e se adapta às novas relações de trabalho e produção, fortalecendo a microempresa e o trabalho assalariado informal, em detrimento da atuação individual na forma de atividades por conta própria.

A economia nordestina, sua estrutura produtiva e o mercado de trabalho, apresentaram uma crescente participação da economia submersa e quase todo o aumento do assalariamento da economia deve-se a essa forma "clandestina" de ocupação de mão-de-obra. Já o setor informal, por sua vez, cresce mais por conta do auto-assalariamento nas microempresas que tiveram um crescimento expressivo no período considerado. Portanto, a expansão da ocupação urbana foi gerada principalmente pelo aumento da ocupação sem contrato legal de trabalho, que é o segmento com piores condições gerais de trabalho e de rendimento. As pessoas formalmente ocupadas, na sua grande maioria, obtiveram os maiores níveis de rendimento.

Finalmente, o processo de desenvolvimento econômico do período em questão gerou, no Nordeste, uma economia organizada em bases mais capitalistas, mas os resultados sociais desse processo dinâmico deixaram muito a desejar, à medida em que também criou poucos empregos formais, muitas ocupações clandestinas e muitos trabalhadores informais. Sendo que, em sua maioria, os trabalhadores passaram a ter níveis médios de renda muito baixos e condições gerais de trabalho que se poderiam classificar como precárias. Quanto ao papel do Estado, sua intervenção planejada via SUDENE, resultou na criação de empregos de alta e

baixa produtividade e que provavelmente, ocorreu devido à forma pouco eficiente como se deu a distribuição e alocação dos recursos produtivos, permitindo assim, o aumento das desigualdades na apropriação de tecnologias a nível setorial.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BALDWIN, Roberto. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1967.
- BRASIL. SUDENE. **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste: Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste**. 2.^a ed. Recife, 1967.
- CACCIAMALI, M. C. Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. **Série Ensaios Econômicos da USP**, v. 2, n.º 26, p. 67-78, julho, 1983.
- DUARTE, R. Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na Década de 70 e Anos 80. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 20, n.º 4, Jan/Mar, Fortaleza, 1989.
- FERREIRA, A. Elementos Estruturais de Subemprego no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 19, n.º 4, Out/Dez, Fortaleza, 1982.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.
- FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nacional, 1968.
- GUIMARÃES Neto, L. Urbanização e Emprego no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 9, n.º 2, Abr/Jun, 1978.
- IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.
- IBGE - Censos Industriais de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985
- IBGE - PNADs de 1972, 1976, 1979, 1981, 1986, 1988, 1989 e 1990.
- IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil 1990.
- IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990.
- OIT. **Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Genebra: OIT, 1972.
- OLIVEIRA, F. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PELLERIN, G. **Emprego Industrial no Nordeste**, 1976, 183p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, 1976.
- PRADO Jr, C. **História Econômica do Brasil**. 12.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, O. **Pensamento Econômico da CEPAL**. São Paulo: Forense, 1986.
- SABÓIA, J.L.M. & TOLIPAN, R.M.L. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Seu Potencial como Fonte de Dados Sobre o Mercado Formal de Trabalho no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia. 12., São Paulo, 1984. **Anais...** São Paulo: ANPEC, 1984. V. 2, p.132-214.

- SUDENE. **Produto e Formação Bruta de Capital**. Nordeste do Brasil, 1965/1981, Recife, 1983.
- SUDENE. **Produto e Formação Bruta de Capital**. Nordeste do Brasil, 1965/1991, Recife, 1992.
- SUDENE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste IV, 1969/1973**. 1.ª ed, Recife, 1968.
- SUDENE. Resultados do Programa de Industrialização até 1990. **Relatório de Pesquisa**. Departamento de Industrialização, Divisão de Pesquisa e Planejamento, Recife, 1992.
- SUDENE. **Dez Anos**. Recife, 1969.
- SUDENE. **Vinte Anos**. Recife, 1979.
- SUDENE. **Relatório de Pesquisa Sobre o Desempenho da Indústria Incentivada do Nordeste**. Recife, 1992.
- TAVARES, M.C. & SOUZA, P.R. Emprego e Salário: O Caso Brasileiro. **Revista de Economia Política**. V.1, n.º 1, Jan/Mar, 1981.